

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

PRECISAMOS DE POLÍTICA PARA CAPACIDADE TECNOLÓGICAS: análise das decisões dos Conselhos Superiores da UESPI durante o ano de 2020

WE NEED POLICY FOR TECHNOLOGICAL CAPACITY: analysis of the decisions of the UESPI Superior Councils during 2020

Marcus Santos de Sousa¹

RESUMO

As Universidades foram desafiadas a inovar e um modo de acompanhar esse processo é avaliando suas Capacidades Tecnológicas. Este trabalho apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento das capacidades tecnológicas da UESPI. Trata-se de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa. Foram analisados 85 documentos relacionados ao período de 2020. Os resultados apontam para uma necessidade de institucionalizar políticas de desenvolvimento e gestão da mudança.

Palavras-chave: Inovação; Educação; pandemia

ABSTRACT

Les universités ont été mises au défi d'innover et une façon de suivre ce processus consiste à évaluer leurs capacités technologiques. Ce travail présente les résultats préliminaires d'une recherche qui vise à contribuer au développement des capacités technologiques de l'UESPI. Il s'agit d'une recherche documentaire avec une approche qualitative. 85 documents relatifs à la période 2020 ont été analysés. Les résultats soulignent la nécessité d'institutionnaliser les politiques de développement et la gestion du changement.

Keywords: Innovation; éducation; pandémie

1 INTRODUÇÃO

A Universidade vem sendo desafiada a se repensar diante do cenário de inovação que

¹ UFPI.

se intensifica diariamente. Ela sempre foi essencial para o processo de desenvolvimento de uma nação por atuar no processo de educação, desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias.

Considerando que a Universidade congrega profissionais com alto grau de formação acadêmica e interesse pela investigação e descoberta, pode-se sugerir que ela é uma organização com potencial para gerar inovação. Não é por acaso, que a Academia ocupa uma posição de destaque como uma das “hélices” em busca de conhecimento e inovação (Mineiro et al, 2019).

Nesse contexto, a Universidade avança para um formato que vai além de “prover ensino superior e pesquisa, [...] está assumindo um papel primordial equivalente ao da indústria e do governo, como geradora de novas indústrias e empresas” (Etzkowitz; Zhou, 2017, p.23). O seu desafio é repensar as estruturas acadêmicas para liderar nessa função (Audy, 2017, p.81).

No entanto, é notória a necessidade de conhecer a realidade dessas Instituições, pois sabe-se que, ao falar de Universidade no Brasil, estamos diante de contextos múltiplos e que devem ser considerados.

Essa discussão nos insere no debate sobre Capacidade Tecnológicas que é o conjunto de conhecimento que uma organização possui para desenvolver suas tarefas ou, no aspecto ideal, conseguir aprender e criar tecnologia própria. A Capacidade Tecnológica da qual se discute, é um acumulado tecnológico – de processos, rotinas, conhecimentos, infraestrutura que uma organização detém (Figueiredo, 2023, p.11).

A discussão acerca desse tema vem acontecendo no meio acadêmico para análise de competitividade (De Mori; Batalha; Alfranca, 2014; Figueiredo et al, 2021; Lacono; Nagano, 2017), bem como considerando o modo que as organizações gerenciam sua aprendizagem (Santos; Batalha, 2023; Bello; Figueiredo; Almeida, 2020). Esses estudos aplicaram-se, inicialmente, à mercados privados, mas já se percebe sua aplicação em áreas públicas.

Assim, nesse trabalho são apresentados resultados iniciais de uma pesquisa que tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento das capacidades tecnológicas de inovação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Para isso, entender a realidade atual dessa Organização é o passo inicial para colaborar no seu processo de inovação.

Para tanto, buscou-se observar a Universidade em sua prática, ou seja, realizando sua atividade diante de um cenário de desafio. Dessa forma, realizou-se um recorte temporal afim de observar como a UESPI enfrentou o desafio para a educação no ano de 2020, sob o contexto da Pandemia de COVID-19. Os objetivos da pesquisa estiveram centrados na atuação dos Conselhos Superiores da Fundação e da Instituição.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (Creswell, 2010). E tem características de um estudo qualitativo básico ou genérico (Merriam, 1998, p. 11-12).

Nosso caso de estudo é a Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Instituição de Ensino Superior - IES com mais de 20 mil matrículas/ano e está presente em todos os 183 municípios do Piauí (UESPI, 2023). A Universidade possui 11 Campi que atendem deste do Norte ao Sul do estado, e 183 polos de Educação à Distância - EaD (UESPI, 2023). A UESPI possui em seu quadro de docentes, 915 professores efetivos e cerca de 257 professores substitutos. Além de 354 técnicos administrativos, 306 deles, do quadro efetivo (UESPI, 2023).

Esse estudo é uma pesquisa documental (Marconi; Lakatos, 2010) cujo *corpus* foi constituído por 85 (oitenta e cinco) documentos oficiais escritos e disponíveis em arquivos públicos. Utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), como método e procedimento de análise em suas 3 fases: Pré-análise; Exploração; e Interpretação.

Utilizou-se o *software* Microsoft Excel para tabulação dos dados. Os documentos passaram por codificação para revelar: Quem a emitiu; qual sua data de publicação; qual seu tipo de decisão – se colegiada o *ad referendum*; o documento trata de algo relacionado a Pandemia ou de outros temas; a qual área de interesse da Universidade está ligada – ensino, pesquisa, extensão e/ou gestão. Por último, procedeu-se com a formulação de hipóteses e interpretação final.

2 POLÍTICA PÚBLICA, INOVAÇÃO E UNIVERSIDADE

Os debates sobre o tema política pública aparecem no início dos anos 1950 nos Estados Unidos e no seu bojo está a necessidade da definição dos aspectos conceituais, bem como seu processo político e seus atores (Trevisan; Bellen, 2008). Numa visão ampla, Smith e Larimer (2009, p.7) salientam que desde a antiguidade “o que os governos fazem ou não fazem tem ocupado a atenção e o interesse das pessoas”.

Quando se busca uma definição para as PP pode-se escolher entre dois caminhos, um pautado em questões amplas e outro em questões mais específicas. À guisa de exemplo tem-se que política pública é tudo "o que quer que os governos escolhem fazer ou não fazer" (Dye *apud* Smith; Larimer, 2009, p.3). Uma definição ampla que abarca de forma universal todas as ações governamentais. Por outro lado, tem-se que política pública é um "curso de intencional ação ou omissão realizada por um ator ou conjunto de atores em lidar com um problema ou

questão de interesse" (Anderson *apud* Smith; Larimer, 2009, p.3).

Nesse contexto, o que se pode afirmar quanto à definição de PP é que não existe um conceito universal (Souza, 2006; Smith; Larimer, 2009). Mas, apesar disso é possível definir que os caminhos das PP está sob um terreno "multidisciplinar, normativo e voltado para a resolução de problemas públicos concretos" (Souza; Secchi, 2015).

Para Theodore J. Lowi (*apud* Smith; Larimer, 2009), dependendo da natureza das necessidades sociais são demandadas políticas públicas com características particulares, com "uma rede diferente de atores, bem como arenas, estruturas de decisão e contextos institucionais diferentes" (Dias; Matos, 2012, p. 17).

Nesse sentido, a inovação vem transformando a realidade da sociedade, tanto no âmbito individual quanto no organizacional. Na educação, por exemplo, a Universidade vem sendo desafiada a se repensar diante de tantas inovações ocorridas no mundo nos últimos anos e, aparentemente, está conseguindo superar esses desafios. Para essas Instituições foi exigido "um repensar das novas estruturas acadêmicas necessárias para fazer frente a essa nova realidade" (Audy; Jorge, 2017. p.81). De forma prática, a exigência foi, e ainda vem sendo, a adequação das Universidades aos novos contextos sociais pelos quais o conhecimento pode ser produzido, compartilhado e praticado.

No entanto, a Universidade não é um elemento passivo dentro do conjunto que produz a inovação. A importância do papel da Academia no ecossistema de inovação pode ser entendida pela ideia da Tríplice Hélice e seus incrementos com a Hélice Quadrupla e Quíntupla Hélice (Mineiro *et al*, 2019). Nessa abordagem, a Universidade é uma colaboradora ativa ao lado do setor público e das organizações empresariais, bem como do meio ambiente, das mídias e do setor criativo para promover o desenvolvimento socioeconômico e inovador.

O papel que a Universidade tem em mãos corresponde ao seu *know-how*, buscar novos conhecimentos; identificar lacunas nas pesquisas; liderar a mudança; e estreitar a relação com agentes públicos (Mineiro *et al*, 2019). Nesse sentido, a Universidade deve possuir características que permitam cumprir esse papel. Pode-se entender essas características a partir do entendimento de Capacidade Tecnológica.

2 CAPACIDADE TECNOLÓGICA

Para Figueiredo (2023) "a capacidade tecnológica de organizações é um conjunto de

habilidades e recursos intensivos em conhecimento para usar, mudar ou criar diferentes formas de tecnologia” (Figueiredo, 2023, p.11). Nesse sentido, pode-se entender que se trata de um conjunto de conhecimento orquestrado por uma Organização, com objetivo não apenas de cumprir suas funções operacionais básicas, mas de ser ativa no processo de criar novas soluções.

Construir essa Capacidade requer um esforço intencional da organização que deseja possui-la. Essa aquisição de conhecimento envolve um processo que precisa de fontes internas e externas de aprendizado com foco na “criação e à acumulação de capacidade tecnológica” (Figueiredo, 2023, p, 16).

Contratação de novos funcionários, aquisição de conhecimento codificado, treinamento com outras Instituições ou fornecedores, dentre outros são formas externas de aprendizagem e visam “identificar e adquirir conhecimento, habilidades e outros elementos” (Figueiredo, 2023. p,17) que a organização ainda não possui. Por outro lado, quando se busca adquirir conhecimento por meio de mecanismos internos tem-se modos como experimentação, treinamento, compartilhamento, integração e codificação de conhecimento que já faz parte das habilidades de parte dos componentes da organização, mas que precisa ser apreendido pelos demais (Figueiredo, 2023).

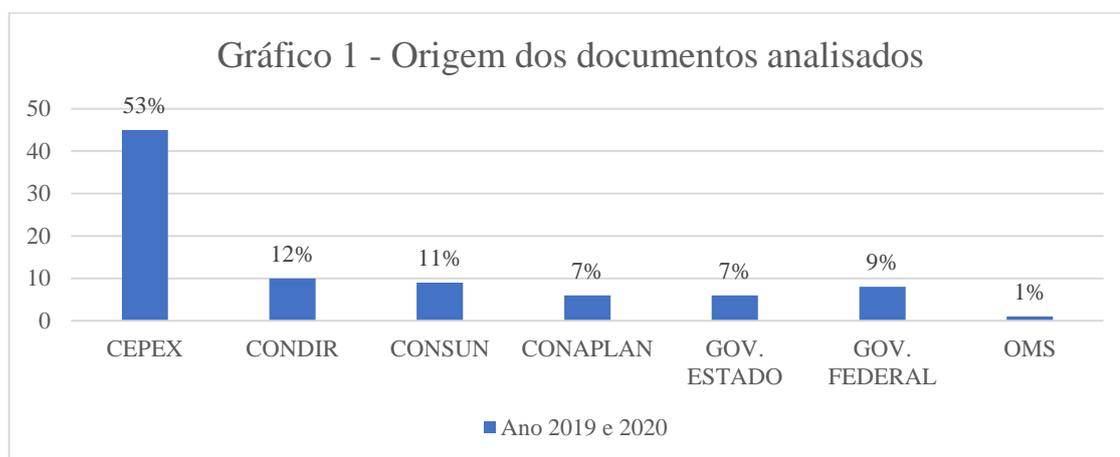
O resultado desse processo de aquisição de conhecimento é uma maior capacidade organizacional para desenvolver suas atividades e para inovar em novas tecnologias. O processo de aprendizagem permite o melhoramento dos 3 componentes da Capacidade Tecnológica, que são: os Recursos Humanos; os Sistemas técnico-físicos; e as Estruturas Organizacionais (Figueiredo, 2023).

As pessoas acumulam habilidade e competências; os sistemas técnico-físicos são modernizados em termos de espaço de trabalho, equipamentos e recursos materiais disponíveis; e as estruturas organizacionais melhoram no âmbito de processos mais eficientes, procedimentos e rotinas melhoradas (Figueiredo, 2023).

Após o conhecimento ter sido acumulado o conhecimento, eles podem finalmente se manifestar as atividades organizacionais como Capacidade Tecnológica de Produção (ou operacionais) ou Capacidades Tecnológicas Inovadoras (Figueiredo, 2023).

3 O ANO DE 2020 LIDO ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS

O objetivo dessa seção é descrever os dados conforme foi possível operacionaliza-los durante a primeira etapa da fase de pré-análise. No Gráfico 1, apresenta-se um resumo dos documentos coletados. Do total dos documentos analisados, 83% são documentos produzidos pelos Conselhos Superiores da Universidade.

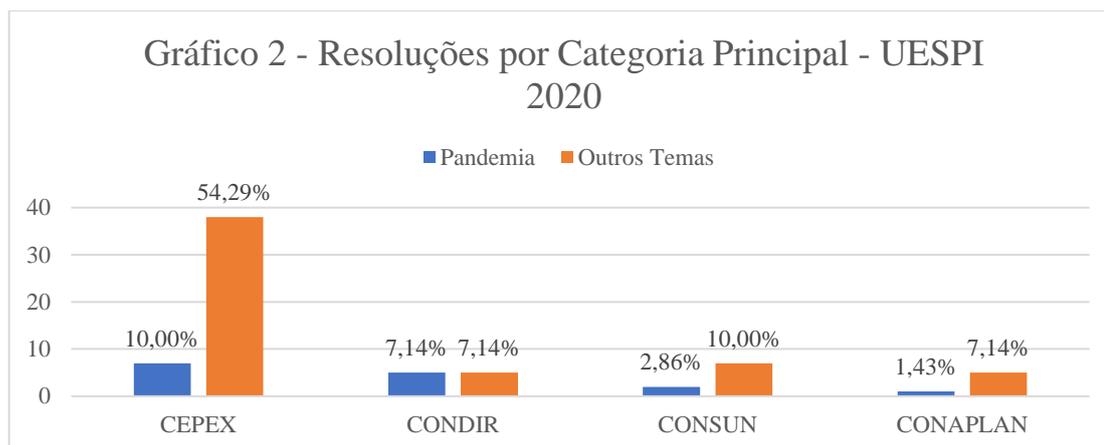


Fonte: dados da pesquisa

Os documentos internos à UESPI são Resoluções e Portarias publicadas pelo Conselho Diretor (CONDIR) da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI, e pelos Conselhos Superiores da Universidade Estadual do Piauí – UESPI - Conselho Universitário (CONSUN); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX); e Conselho de Administração e Planejamento (CONAPLAN). Os demais documentos (17%) são externos foram usados pela FUESPI e UESPI como referências para substanciar as propostas de alguns documentos internos, principalmente, os que tratavam da Pandemia. Do total, apenas 1 (um) documento foi produzido em 2019, trata-se da Portaria Nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019.

O ano de 2020 foi um ano atípico e demandou uma adaptação de todas as organizações. Dessa forma, subdividiu-se os documentos elaborados a partir do

Conselho que os publicou com objetivo de perceber a atuação deles no ano analisado. No Gráfico 2, pode-se observar que todos os Conselhos produziram algum tipo de documento para tratar da Pandemia, mas também não deixaram de discutir sobre os demais temas que circundam a Universidade.



O Gráfico 1 nos mostra que o CEPEX foi o Conselho que teve uma grande porcentagem de Resoluções sobre o tema, foram 10% das Resoluções do ano de 2020. No entanto, o CONDIR teve 50% das suas Resoluções focadas na Pandemia. Já o CONAPLAN, foi o Conselho com o menor número de Resoluções.

Sabe-se que a classificação da crise sanitária do novo coronavírus para o status de Pandemia de COVID-19 foi feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, quando a doença atingiu a marca de 118 mil pessoas infectadas em 114 países (Brasil, 2020). No entanto, em 30 de janeiro, a OMS já havia pronunciado que o novo coronavírus “constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional” (Organização Pan-americana da Saúde, 2020). O Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº 188 de 03 de fevereiro, fez alerta similar. Em 06 de fevereiro, o Governo Federal apresentou a Lei nº 13.979 com medidas para enfrentamento ao surto.

Essas constatações, nos provocou para verificar o tempo que a Universidade precisou para responder a situação. Na Tabela 1, organizou-se os documentos analisados por trimestre afim de delimitar espaços de tempo menores.

Nota-se que no 1º trimestre de 2020, houve apenas 1 documento com foco na Pandemia. Trata-se da Portaria CONDIR nº 001 que estabeleceu o regime de trabalho remoto na Universidade e suspendeu o calendário acadêmico por 30 dias. Essa foi a primeira ação da FUESPI.

Tabela 1 – Resoluções da UESPI separadas por trimestre em 2020

Categoria: Pandemia									
	E		Pes		Ext		G		
	nsino	%	%	quisa	%	%	ensão	%	%
1º trimestre	0	0 %	0	0 %	0	0 %	0	0 %	1
2º trimestre	1	1 %	1	1 %	1	1 %	1	1 %	6
3º trimestre	3	3 %	0	0 %	0	0 %	0	0 %	4
4º trimestre	1	1 %	0	0 %	0	0 %	0	0 %	0
Total	5	5 %	1	1 %	1	1 %	1	1 %	8 1%
Categoria: Outros Temas									
	E		Pes		Ext		G		
	nsino	%	%	quisa	%	%	ensão	%	%
1º trimestre	5	5 %	8	1%	0	0 %	0	0 %	3
2º trimestre	0	0 %	0	0 %	0	0 %	0	0 %	2
3º trimestre	2	2 %	2	2 %	0	0 %	0	0 %	0
4º trimestre	4	4 %	12	7%	5	5 %	2	2 %	7
Total	11	6%	22	1%	5	5 %	7	4%	2

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que a partir do 2º trimestre outras Publicações aparecem. Mais uma vez, chama atenção a área da Gestão com 4 documentos publicados. Foram as Portarias CONDIR nº 003 e nº 004, essas Portarias não trouxeram nada de novo em suas decisões, apenas repetiram a decisão da Portaria CONDIR nº 001. Os outros 2 documentos foram publicações do CONSUN, neles houve a formalização para que as reuniões dos Conselhos Superiores ocorressem por videoconferência.

No 2º trimestre, pode-se observar publicações para a área do Ensino, Pesquisa e

Extensão. Tratam-se das Resoluções CEPEX nº015, nº 016 e nº 017. A primeira, cria um Programa de Extensão denominado "Formação Continuada: ferramentas da Ação didática". Que teve como objetivo desenvolver 5 capacitações aos docentes para utilização das ferramentas do G Suite (*Google Meet, Google Sala de Aula* etc).

A segunda Resolução CEPEX nº 016, possui uma característica interessante, pois a mesma teve como foco o Ensino. Nessa Resolução, a Pró Reitoria de Ensino e Graduação – PREG é autorizada a prosseguir com as aulas do Período Especial

Curricular - PEC do ano de 2019 por meio de aulas remotas. Ou seja, foi a primeira experiência da UESPI utilizando essa estratégia. A terceira Resolução, formaliza a suspensão de um edital da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação devido a Pandemia.

Ainda sobre a Tabela 1, observa-se que no 3º trimestre foi o período com maior número de publicação voltadas para o Ensino – 3 documentos, além de outros 3 na área da Gestão. Esse trimestre possui diversos acontecimentos marcantes e por isso optou-se por apresentá-los em ordem cronológica.

Em 27 de julho publica-se a Portaria CONDIR nº 005 que instituiu o Protocolo de Recomendações Higienicossanitárias. No dia 30 de julho, publica-se uma nova Portaria CONDIR, dessa vez suspendendo o calendário acadêmico de 2020 por tempo indeterminado. Em agosto, no dia 17, é aprovada a Resolução CEPEX nº 020 com as diretrizes a serem seguidas para a realização das aulas por meio do ensino remoto. Esta Resolução, foi a primeira, desde o início do ano de 2020, com orientações para o ensino remoto. No dia 25 de agosto, aprova-se o novo calendário letivo de 2020 por meio da Resolução CEPEX nº 021. Em 11 de setembro, o novo calendário letivo de 2020 sofre reajuste nas datas de início das aulas com a Resolução CEPEX nº 025. No dia 14 de setembro, o CONAPLAN aprova a criação do Auxílio Inclusão Digital. Essa foi a única Resolução do Conselho tratando da Pandemia no ano de 2020.

O último trimestre de 2020 também teve um acontecimento marcante, nele aconteceu mais um ajuste na data do novo calendário acadêmico com a Resolução CEPEX nº 027. No dia 21 de outubro, é dado início ao semestre letivo de 2020.

Quando se observa a tabela 1, na área relacionada a Categoria: Outros temas, nos chama atenção o fato de que durante o 2º trimestre não houve nenhuma publicação dos Conselhos Superiores, exceto para a área da Gestão. No 3º trimestre, as Resoluções para o Ensino e Pesquisa voltaram a reaparecer. Apenas no 4º trimestre que se observa um aumento de

publicação em todas as áreas. As Resoluções para ensino e pesquisa foram aprovações de novos cursos, para Extensão foi a retomada dos Programas relacionados à Pró Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX.

3 CONCLUSÃO

A Pandemia impôs à UESPI um cenário desafiador. A Universidade Estadual do Piauí, aparentemente, não havia passado por nenhuma interferência impositiva dessa natureza. No entanto, a UESPI é uma Instituição com grande experiência na área do ensino, principalmente, em se tratando de realidades distintas, pois está presente em todas as cidades do Estado do Piauí.

Esse trabalho traz os resultados da fase 1 da análise de conteúdo que tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento das capacidades tecnológicas de inovação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Nessa fase, os documentos foram organizados e codificados, além disso o resultado dessa etapa permitiria que fossem criadas hipóteses e objetivos.

Dessa forma, podemos chegar a seguinte consideração, a Universidade Estadual do Piauí é uma Instituição múltipla e requer um olhar gerencial que promovam a acumulação de capacidades tecnológicas, ou seja, necessita de uma gestão que institucionalize a aprendizagem e a gestão da mudança como política interna.

Algumas outras considerações que nos fizeram refletir são apresentadas aqui. Pode-se notar que a UESPI precisou quase 3 trimestres como tempo de resposta para o problema apresentado e a solução só começou, de forma efetiva, no início do 4º trimestre. Nota-se também, que só houve 1 (uma) proposta de capacitação sob forma de curso de extensão, mas não foi percebido nenhuma decisão Institucional para capacitação docente.

Esse fato, nos leva a pensar sobre alguns pontos: Porque os Conselhos Superiores, no 1º trimestre de 2020, estiveram dedicados a outros temas? Será que não foi dado o devido crédito aos comunicados internacionais e nacionais sobre o surto do vírus?

Questionamento similar pode ser feito ao observar o 2º trimestre. Foram 3 meses com apenas 1 Resolução que buscava enfrentar a situação. Decisões do CONDIR foram apenas replicadas. Quais foram as prioridades deste Conselho naquele trimestre? Isso tem relação com o fato das decisões desse Conselho terem sido todas em *ad referendum*?

Apenas no 3º trimestre que começam a surgir as alternativas para o ensino. Sobre isso, vale pensar acerca de 2 aspectos, o primeiro é que no 2º trimestre as aulas do PEC 2019 foram autorizadas a continuar no formato remoto, ou seja, houve uma experiência dos docentes e discentes com aulas remotas.

REFERÊNCIAS

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, mai. 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/137885>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 2011.

BELLO, L. H. A. D., FIGUEIREDO, P. N., & ALMEIDA, T. B. D. A. D.. Acumulação de capacidades tecnológicas inovadoras na indústria de defesa em economias emergentes: a experiência dos projetos REMAX e TORC30 no Exército Brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 3, p. 431- 458. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395177563>

Brasil. **OMS classifica coronavírus como pandemia**. 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>. Acesso em: 12 maio 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE MORI, C., BATALHA, M. O., e ALFRANCA, O.. Capacidade tecnológica: proposição de índice e aplicação a empresas do complexo agroindustrial do trigo. **Production**, v. 24, n. 4, p.787–808. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132013005000086>

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/137883>. Acesso em: 9 mar. 2023.

FIGUEIREDO P.N. Estratégia nacional de inovação: uma breve contribuição para sua efetividade sob a perspectiva de acumulação de capacidade tecnológica. **Rev Adm Pública** [Internet]. v.57, n. 5. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220418>

FIGUEIREDO, P. *et al.* Acumulação de Capacidades Tecnológicas para Inovação e Fortalecimento da Competitividade no Ecossistema de Biotecnologia para Saúde Humana no Brasil. **EBAPE**, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12660/tliiwps.85011>. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/tlii-wps/article/view/85011>. Acesso em: 12 dez. 2023.

IACONO, A.; NAGANO, M. S. Processos De Aprendizagem Para A Acumulação De Capacidade Tecnológica: Um Estudo Em Empresas Do Setor De Bens De Capital No Brasil. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 7, n. 1, p. 131–152, 2017. DOI: 10.21714/2236-<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/27673>. Acesso em: 2 maio. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education**. Rev. and expanded. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MINEIRO, A.*et al.* Da Hélice Tríplice A Quintupla: uma Revisão Sistemática. **Economia & gestão**. v.18, n.51, p. 77-93. 2019. Disponível em:
<https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/17645>

UESPI. Relatório de Ações 2023. Disponível em: <https://uespi.br/wp-content/uploads/2024/02/RELATORIO-DE-GESTAO-2023-3-1.pdf>

Organização Pan-americana da Saúde. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. 2020. Disponível em:
<https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 12 maio 2024.

SANTOS, C. E. S.; BATALHA, M. O. Capacidade Tecnológica Territorial: Conceito, Modelo E Aplicações. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 1, 2023. DOI: 10.54399/rbgdr.v19i1.6379. Disponível em:
<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6379>. Acesso em: 2 maio. 2024.

SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christopher W.. **The Public Policy Theory Primer**. Westview: 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**: Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/>

SOUZA, Y. H.; SECCHI, L.. Extinção de Políticas Públicas síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, n. 66, 2015. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v20n66.39619>. Disponível em:
<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/39619>

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro, 42(3):529-50, maio. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bCWckwnwrvF8Pb9kDtjDgy/>